

Rodrigo Frantz Becker

Conflito de coisas julgadas

Apresentação | Ministro Marco Aurélio Mello

Prefácio | Jorge Amaury Maia Nunes

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2017

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

B395c

Becker, Rodrigo Frantz
Conflito de coisas julgadas / Rodrigo Frantz Becker
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.
284 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 251-264.

ISBN 978-85-519-0341-4

1. Direito processual. 2. Direito processual civil.
3. Coisa julgada. I. Título.

CDD 347.8105

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Prefácio..... | VII |
| Apresentação..... | XV |
| Introdução..... | 1 |
| 1. Aspectos Gerais da Coisa Julgada | 7 |
| 1.1. Breve relato histórico | 8 |
| 1.2. Natureza jurídica | 16 |
| 1.3. Definição | 26 |
| 1.4. A coisa julgada nos diversos sistemas processuais..... | 33 |
| 1.4.1. A coisa julgada no <i>common law</i> | 34 |
| 1.4.2. A coisa julgada no <i>civil law</i> | 43 |
| 1.4.3. A coisa julgada em outros sistemas | 50 |
| 1.5. A coisa julgada no ordenamento jurídico brasileiro..... | 53 |
| 1.6. Limites objetivos da coisa julgada..... | 70 |
| 1.7. Limites subjetivos da coisa julgada | 78 |
| 1.8. Coisa julgada formal e material | 88 |
| 1.9. Efeitos da coisa julgada | 91 |
| 2. O Conflito de Coisa Julgada no Direito Estrangeiro | 97 |
| 2.1 Breve introdução sobre a problemática do conflito de coisa julgada | 97 |
| 2.2. Delimitação prática – <i>Common law</i> x <i>civil law</i> | 100 |
| 2.3. Direito português..... | 102 |
| 2.4. Direito italiano | 108 |
| 2.5. Direito francês | 115 |
| 2.6. Direito alemão..... | 122 |
| 2.7. Direito espanhol..... | 130 |

| | |
|--|------------|
| 2.8. Direito norueguês | 135 |
| 2.9. Direito norte-americano | 140 |
| 2.10. Direito canadense | 152 |
| 2.11. Direito argentino..... | 158 |
| 2.12. Análise da posição dos Tribunais alienígenas sobre o problema | 164 |
| 3. O Conflito de Coisas Julgadas no Direito Brasileiro | 171 |
| 3.1. Delimitação prática..... | 173 |
| 3.2. O panorama jurisprudencial nas cortes brasileiras | 176 |
| 3.3. Posições doutrinárias | 185 |
| 3.4. O Código de Processo Civil de 2015 e a insistente omissão quanto ao conflito de coisas julgadas..... | 197 |
| 3.5. Uma solução adequada | 199 |
| 3.5.1. A coisa julgada preponderante..... | 200 |
| 3.5.2. Efeitos das sentenças conflitantes..... | 218 |
| 3.5.3. Meios de impugnação para solucionar o problema..... | 226 |
| 4. Conclusão..... | 243 |
| Referências Bibliográficas | 251 |